

---

---

MESA DA ASSEMBLÉIA

---

---

- 1- [ATA](#)
    - 1.1- [63ª Reunião Ordinária de Debates](#)
  - 2- [ORDENS DO DIA](#)
    - 2.1- Plenário
    - 2.2- [Comissões](#)
  - 3- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
    - 3.1- [Comissões](#)
  - 4- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
  - 5- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
  - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
  - 7- [ERRATA](#)
- 
- 

ATA

-----

**ATA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 3 DE MAIO DE 1996**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Ofícios, telegrama e cartões - Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 786/96 - Comunicações: Comunicação do Deputado Paulo Schettino - 2ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicação Apresentada - ENCERRAMENTO.**

**COMPARECIMENTO**

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Rêmoló Aloise - Antônio Júlio - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Antônio Roberto - Bilac Pinto - Carlos Murta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Ivair Nogueira - João Leite - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Raul Lima Neto - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

**ABERTURA**

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)**

**1ª Fase**

**Ata**

- O Deputado Antônio Andrade, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

- A Deputada Maria Olívia, 1ª-Secretária "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Cacildo Vasconcelos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, agradecendo a boa acolhida que nesta Casa tiveram os Srs. Eleazar Moura Carvalho e Robson Alacon Silva, servidores daquela Assembléia Legislativa.

Da Sra. Berenice Menegale, Secretária da Cultura, informando, em atenção a pedido feito pelo Deputado Carlos Pimenta (sejam feitas obras de recuperação da Igreja de Matias Cardoso), que a solicitação foi encaminhada ao IEPHA, órgão daquela Secretaria

responsável pelo patrimônio, para exame e parecer. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.148/96.)

Do Sr. João Batista de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, encaminhando cópia da Representação nº 63, em que o Vereador Alamir Lopes da Silva tece considerações acerca da situação de penúria por que passa o funcionalismo público do Estado. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Rodrigo Octávio Coutinho Filho, Diretor-Geral do Departamento Estadual de Obras Públicas - DEOP -, informando, com referência ao Requerimento nº 854/95, da Comissão de Saúde e Ação Social, que a documentação solicitada se encontra à disposição da requerente, aguardando-se apenas a visita de consultor desta Casa para conferência e pesquisa dos dados.

Do Sr. Édson Antônio Arger, Coordenador da Auditoria do Tribunal de Contas do Estado, informando que o processo referente ao convênio celebrado entre esta Assembléia, o DETEL, a TELEMIG e a Prefeitura Municipal de Caldas foi considerado regular por aquela Corte. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 101, inciso XV, do Regimento Interno.)

Dos Srs. Jorge Machado, Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais, e Francisco Américo Mattos de Paiva, Presidente da Associação Comercial de Minas, agradecendo o convite para participar da reunião especial comemorativa do centenário de nascimento do ex-Governador Israel Pinheiro.

#### **TELEGRAMA**

Do Sr. José Henrique Portugal, Secretário-Geral do Governador, informando que o pedido feito ao Governador do Estado pelo Deputado Anderson Aduato foi encaminhado à Secretaria da Fazenda para exame. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.083/96.)

#### **CARTÕES**

Dos Srs. General de Brigada Álvaro Henrique Vianna de Moraes, Comandante da 4ª Brigada de Infantaria Motorizada, Ivan José Lopes, Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, e Maria Regina Nabuco, Secretária Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte, agradecendo convite para participar da reunião especial comemorativa do centenário de nascimento do ex-Governador Israel Pinheiro.

Da Sra. Maria Regina Nabuco, Secretária Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte, agradecendo convite para participar da solenidade comemorativa da Semana da Inconfidência.

#### **Apresentação de Proposições**

**O Sr. Presidente** - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

#### **PROJETO DE LEI Nº 786/96**

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso - ASBAR.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Social - ASBAR -, com sede no Município de Barroso.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de de 1996.

Francisco Ramalho

Justificação: A Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso é uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, e tem por objetivos prestar assistência social à população carente no que diz respeito a suas necessidades básicas; prestar assessoria à comunidade na formação, na captação de recursos e no desenvolvimento de projetos; estimular a participação comunitária na implementação do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; promover atividades esportivas, recreativas e de lazer visando ao desenvolvimento integral de crianças e de jovens; difundir o princípio da cooperação como estratégia na busca de solução dos problemas comunitários e como forma superior de relacionamento humano e social.

Dentro desse espírito, evidencia-se o caráter de utilidade pública da referida entidade, objetivamente demonstrado pela documentação que se anexou à proposição. Espera-se, portanto, sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

#### **COMUNICAÇÃO**

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Paulo Schettino.

#### **2ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

**O Sr. Presidente** - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de

Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

#### **Leitura de Comunicação Apresentada**

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada pelo Deputado Paulo Schettino - falecimento do Dr. Onofre Correa Cortes, em Ibiá (Ciente. Oficie-se.).

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 6, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

---

#### **ORDENS DO DIA**

---

#### **ORDEM DO DIA DA 145ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 7/5/96**

##### 1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

###### 1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação de nascentes naturais e o saneamento de cursos d'água e lagos do Estado e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 645/96, do Deputado Jairo Ataíde, que altera o art. 10 da Lei nº 10.486, de 25/7/91. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 674/96, do Deputado Ajalmar Silva, que torna obrigatória a instalação nos ônibus de linhas intermunicipais de instrumento que permita aos passageiros a visualização da velocidade do veículo. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

###### 2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 773/96, da Mesa da Assembléia, que altera dispositivos da Resolução nº 5.065, de 31/5/90. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 391/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que dispõe sobre o ingresso nos estádios de esportes sob a administração do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2 e 4, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3 e pela aprovação das Emendas nºs 5 e 6, que apresenta, ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 47/95, do Deputado José Bonifácio, que dispõe sobre os Conselhos em Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta, e com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 207/95, do Deputado Ibrahim Jacob, que dispõe sobre os critérios para a cobrança de multas decorrentes de infrações de trânsito. O parecer da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade, foi rejeitado pelo Plenário. As Comissões de Administração Pública e de Defesa do Consumidor opinaram pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão

de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas n°s 1, esta na forma da Subemenda n° 1, e 3 e pela rejeição da Emenda n° 2.

Discussão, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 458/95, do Deputado Hely Tarquínio, que cria o Programa Mineiro de Incentivo à Avicultura e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda n° 1, que apresenta. As Comissões de Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação com a Emenda n° 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1° turno, do Projeto de Lei n° 560/95, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre o controle e a comercialização de tiner, cuja composição química contenha solvente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo n° 1, que apresenta. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas n°s 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas n°s 1 e 2, da Comissão de Saúde e Ação Social. Discussão e votação de pareceres de redação final.

---

---

**ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1° turno: Projetos de Lei n°s 720/96, da Deputada Elbe Brandão; 524/95, do Deputado Gil Pereira; 665 e 666/96, do Deputado Gilmar Machado; e 695/96, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2° turno: Projeto de Lei n° 288/95, do Deputado Miguel Barbosa.

Requerimentos n°s 1.279/96, do Deputado Álvaro Antônio; 1.276/96, do Deputado Antônio Genaro; 1.346/96, do Deputado Bonifácio Mourão; 1.304/96, do Deputado Durval Ângelo; 1.289/96, do Deputado Kemil Kumaira; 1.268/96, do Deputado Marcelo Cecé; 1.254, 1.258, 1.259, 1.260, 1.261, 1.262, 1.263, 1.264, 1.265, 1.266, 1.267, 1.271, 1.272, 1.273, 1.274, 1.280, 1.281, 1.282, 1.283, 1.284, 1.285, 1.286 e 1.287/96, do Deputado Wanderley Ávila.

**ORDEM DO DIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1° turno: Projetos de Lei n°s 755/96, do Deputado Ajalmar Silva; 723/96, do Deputado Dimas Rodrigues; 739, 740, 741 e 742/96, do Deputado Durval Ângelo; 743/96, do Deputado Gilmar Machado; 647/96, do Governador do Estado; Projeto de Resolução n° 782/96, da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1° turno: Projetos de Lei n°s 757/96, do Deputado Aílton Vilela; 736/96, do Deputado Bilac Pinto; 512/95, do Deputado Durval Ângelo; 759/96, do Deputado Marcos Helênio; 752/96, do Deputado Miguel Martini.

**ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVERIGUAR E PROPOR SOLUÇÕES URGENTES PARA O EQUACIONAMENTO DOS PROBLEMAS QUE ATINGEM OS MUNICÍPIOS DO MÉDIO JEQUITINHONHA, EM VIRTUDE DA SECA QUE ASSOLA A REGIÃO, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 7/5/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 8/5/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Júlio César do Carmo Bueno, Presidente do INMETRO; Solano Filardi e Valdir Macedo, Diretor-Geral e Diretor Técnico do IPEM-MG, respectivamente, que prestarão esclarecimentos sobre a interferência dos telefones celulares nas balanças eletrônicas, bem como tratarão da regulamentação e da fiscalização desse tipo de balança no País.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O PROCESSO DE APURAÇÃO DOS ÍNDICES DO VALOR ADICIONADO FISCAL - VAF - DOS MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS E ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIALIZADA CRIADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA PARA APURAR AS VARIAÇÕES DO VAF DOS MUNICÍPIOS DE CONTAGEM, CONGONHAS E VARGINHA, REFERENTES AO PERÍODO DE 1992 A 1995, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/5/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento do Sr. Aloísio Hugo Guimarães, Diretor da HG Consultoria Ltda.

---

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião extraordinária a ser realizada no dia 7/5/96, terça-feira, às 9h45min, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta e ouvir os Srs. Tarcísio Humberto Parreiras Henriques, Secretário da Justiça; Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-MG; Bruno Lombardi, Procurador-Chefe da Defensoria Pública de Minas Gerais, e as Sras. Francis de Oliveira Rabello, Diretora da Área Criminal da Defensoria Pública, e Ana Kelly Amaral, Defensora Pública, que irão discutir o Projeto de Lei nº 571/95, do Deputado Arnaldo Penna, que dispõe sobre pagamento pelo Estado de honorários a advogado que não for defensor público, quando nomeado para defender réu pobre.

Sala das Comissões, 2 de maio de 1996.

Miguel Martini, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Schettino, Bonifácio Mourão, Elbe Brandão, Sebastião Helvécio e José Maria Barros, membros da supracitada Comissão, para a 16ª reunião extraordinária a ser realizada no dia 7/5/96, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre o Projeto de Lei Complementar nº 15/96, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93; os Projetos de Lei nºs 486/95, que proíbe a venda e o uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas escolas da rede estadual e municipal de ensino e conveniadas; e 314, 365, 477, 509, 575, 581, 582, 586, 587, 588, 595, 602, 605, 606, 618, 619, 620, 628, 631 e 632/95 e 643/96, proposições de deliberação conclusiva das Comissões.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1996.

Paulo Schettino, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 12.902

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Ronaldo Vasconcellos, João Leite e Anivaldo Coelho, membros da Comissão supracitada, para as reuniões a serem realizadas nos dias 7, 8 e 9/5/96, às 15 horas, no Plenarinho I, com a finalidade de se apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1996.  
Antônio Roberto, Presidente.

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária  
Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bilac Pinto, Anivaldo Coelho, Sebastião Helvécio e Kemil Kumaira, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 14h30min do dia 8/5/96, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, em audiência pública, o tema "Projetos de Produção Mineral, Aspectos Tributários, Financiamento e Ações (Fomento ao Capital Acionário)".

Sala das Comissões, 6 de maio de 1996.  
Álvaro Antônio, Presidente.

---

#### **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

---

#### **PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 594/95**

Comissão de Saúde e Ação Social  
Relatório

De autoria do Deputado Geraldo Rezende, o projeto de lei em exame, que pretende declarar de utilidade pública a União Comunitária da Barragem Santa Lúcia, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado no 1º turno, sem emenda.

Cabe, agora, a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

#### **Fundamentação**

A mencionada entidade trabalha para melhorar a infra-estrutura da região onde atua, buscando propiciar melhores condições de vida aos seus moradores.

Pelas ações de natureza social que a instituição vem desenvolvendo, consideramos justa a declaração pretendida.

#### **Conclusão**

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 594/95 no 2º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1996.  
Luiz Antônio Zanto, relator.

#### **PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 611/95**

Comissão de Saúde e Ação Social  
Relatório

De autoria do Deputado José Bonifácio, o projeto de lei em exame pretende declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Luzia, com sede no Município de Santa Luzia.

Aprovado no 1º turno, com a Emenda nº 1, vem o projeto a esta Comissão para ser apreciado no 2º turno de deliberação conclusiva, em cumprimento das disposições do Regimento Interno.

Cabe-nos, ainda, elaborar a redação do vencido, que é parte deste parecer.

#### **Fundamentação**

O objetivo prioritário da citada instituição, exclusivamente humanitária e educativa, é manter e incentivar a criação de estabelecimentos destinados a desenvolver métodos e técnicas próprias à formação do excepcional.

Em virtude do zelo e da responsabilidade com que realiza o seu trabalho, a entidade merece ser declarada de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Em face do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 611/95 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1996.  
Luiz Antônio Zanto, relator.

#### **Redação do Vencido no 1º Turno PROJETO DE LEI Nº 611/95**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santa Luzia, com sede no Município de Santa Luzia.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais - APAE de Santa Luzia, com sede no Município de Santa Luzia.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI**

**Nº 633/95**

Comissão de Saúde e Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Raul Lima Neto, o projeto em tela objetiva declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores de Santo Antônio - ACOMOSA -, com sede no Município de Sabará.

Aprovado o projeto em 1º turno, sem emenda, cabe a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

**Fundamentação**

A referida Associação presta serviços à comunidade, promovendo a união dos moradores, por meio de atividades sociais, culturais e esportivas, bem como a assistência às pessoas carentes, especialmente às crianças e aos idosos.

**Conclusão**

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 633/95 no 2º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 6 de maio de 1996.

Luiz Antônio Zanto, relator.

---

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**

---

**143ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA**

**Discursos Proferidos em 30/4/96**

**O Deputado Ronaldo Vasconcellos\*** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, representantes da imprensa, ocupamos este microfone para mostrar a nossa satisfação com a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em razão do andamento do projeto de lei do Governador do Estado que reestrutura a Secretaria de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, porque conseguimos, com algumas modificações sugeridas à matéria, dotar o nosso Estado de uma estrutura jurídica ampla, justa e competente na área ambiental. Colocamos, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, não só a Fundação Estadual do Meio Ambiente como também o IEF e, agora, o Departamento de Recursos Hídricos, o DRH. Com o DRH, com a FEAM, com o IEF, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável fica com a estrutura administrativa referente às questões ambientais na área pública, na esfera estadual. Trata-se de um trabalho desta Casa, um trabalho da Comissão de Meio Ambiente da nossa Assembléia e, modestamente, trata-se de um trabalho do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

O projeto de lei já votado por este Plenário, em 1º turno, define essas questões. O Governo do Estado, como um todo, ou seja, em todas as suas áreas, está satisfeito com a nova estrutura, tanto no que diz respeito à Secretaria de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos quanto no que diz respeito à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Gostaria de esclarecer que a Secretaria de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos passa a denominar-se Secretaria de Estado de Minas e Energia, trabalhando com as questões da mineração e da energia. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável engloba os seguintes órgãos: IEF, DRH e FEAM.

O nosso Governador aplaude essa idéia e quer vê-la aprovada por esta Casa, para que possa sancioná-la e dar a Minas Gerais uma estrutura adequada nas áreas da mineração, da energia e do meio ambiente.

Gostaria de esclarecer, também, por uma questão de justiça, a posição do nosso ilustre colega, Deputado Bené Guedes, que é inteiramente favorável à nossa idéia de que o DRH, com sua estrutura e sua direção, passe para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, mantendo-se, entretanto, a Secretaria de Estado de Minas e Energia como era no seu princípio, na sua origem, criada, inclusive, para atender aos anseios da Sociedade Mineira de Engenheiros.

Faço tais esclarecimentos porque podem parecer dúbias as posições do ilustre Secretário Bené Guedes, que não se opõe, em nenhum momento, à transferência do DRH, mas luta intransigentemente pela manutenção de uma secretaria específica para as áreas da mineração e da energia. Portanto, é muito importante que se esclareça

publicamente a posição do nosso ilustre colega, do nosso ilustre Secretário. Temos informações de que a Secretaria do Planejamento, a da Casa Civil, a do Meio Ambiente e outras afins concordam com esse posicionamento, que é o mais justo, o mais moderno e o mais adequado para uma estrutura administrativa enxuta e competente para o Estado de Minas Gerais.

Assim, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria de manifestar a nossa satisfação, a satisfação desta Assembléia, em poder ajudar o Governo, em poder ajudar a sociedade do nosso Estado, colocando a coisa certa no lugar certo e no momento certo.

A participação do DRH na estrutura administrativa do meio ambiente é uma reivindicação antiga dos segmentos organizados da sociedade civil, das denominadas Organizações Não Governamentais - ONGs -, que lidam com a questão ambiental em Minas Gerais. Agora, elas estão sendo atendidas por esta Casa Legislativa, que sabe representar, e bem, os segmentos organizados da população mineira. Dessa forma, a solicitação das ONGs ambientais, agora, é transformada em realidade através de uma participação efetiva dos ilustres companheiros da Comissão de Meio Ambiente, mas, principalmente, através da participação dos Deputados Estaduais de todas as Bancadas, que nos ajudaram na elaboração do substitutivo ao projeto do Governo que reestrutura a Secretaria de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos. Portanto, ao captar essa idéia das entidades ambientalistas, esta Assembléia Legislativa transformou-a em realidade. Esperamos que a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, na sua próxima reunião, a ser realizada na semana que vem, aprove, em 2º turno, o substitutivo de autoria deste Deputado, a fim de que esta Casa possa coroar o seu trabalho, neste Plenário, aprovando o substitutivo que deverá receber a sanção governamental.

Espero, também, que nossos colegas Deputados levem essas idéias para seus companheiros políticos e saibam que a estrutura organizacional do Estado de Minas Gerais, a estrutura pública ambiental, com a sanção do Governador do Estado a esse projeto de lei, passa a ser a mais justa, a mais moderna, a mais competente e a que tem melhores condições de responder aos anseios da sociedade mineira, principalmente aos anseios das ONGs que lidam com a questão ambiental em Minas Gerais. Não quero citar nomes, mas posso garantir aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que todos aqueles que lidam com o meio ambiente em Minas Gerais há muitos anos coadunam, corroboram essa idéia e estão felizes com a definição desta Assembléia Legislativa, que representa a população do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Raul Lima Neto** - Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila; Sr. Secretário, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, Deputados que nos honram com a presença, meus senhores, minhas senhoras, uso este microfone para denunciar, com pesar no coração, o descaso, o desrespeito, o acinte, a humilhação que o povo brasileiro vem sofrendo por parte do Governo Federal. Digo com pesar, porque o respeito muito; respeito como autoridade, pois preciso respeitar as autoridades, porque não há autoridade que não seja constituída por Deus. Entretanto, sabemos que o povo tem o governo que merece. Assim, creio que é chegada a hora de, diante de Deus, termos mérito para termos governos melhores ou praticarmos ações a fim de que ele nos dê um governo que se preocupe com o povo.

Srs. Deputados, vinha, hoje, de Brasília para Belo Horizonte, na estrada que é uma verdadeira roleta-russa para todo motorista brasileiro. Passei por essa estrada na ida e na volta e tomei nota do pior trecho - que vai do km 35 ao 150 -, cheio de crateras, algumas pequenas e profundas, chegando a ter 0,5m de profundidade, e outras grandes e rasas. São crateras que exigem do motorista habilidades que, muitas vezes, ele não tem, e o levam ao desespero e ao reconhecimento de que vive em um país que não leva a sério as coisas sérias. Não estou falando de uma estrada vicinal, mas da estrada que liga Belo Horizonte à Capital Federal. Se fosse época de chuva, poderiam os responsáveis dizer que era por causa das águas, da inundação. Mas há quanto tempo não chove?

Por pouco, não sofri um acidente fatal. Uma carreta subia em direção a Brasília, e nós voltávamos, quando, de repente, nos vimos diante de crateras e, sem poder desviar, tivemos um pneu novo estourado e a roda entortada. Um colega nosso teve a roda de seu veículo partida ao meio. E quem se responsabiliza pelo prejuízo?

Nós, brasileiros, pagamos as taxas mais elevadas do mundo, e onde está esse dinheiro? Sabemos e reconhecemos que o Brasil está literalmente parado. Não há uma obra propriamente dita em execução. Mas penso que, pelo menos, a reposição da camada asfáltica, a conservação geral deveria estar sendo feita pelo DNER. Será que vamos continuar vivendo de filosofia?

Não estamos aqui questionando a idoneidade do nosso Presidente. Não estamos questionando a sua cultura escolar, o seu conhecimento sociológico, mas a atuação administrativa. O País está emperrado, e as estradas estão-se acabando, literalmente. Neste momento, refiro-me especialmente à estrada Brasília-Belo Horizonte, onde estão patentes o descaso e o abandono, que humilham o povo brasileiro, porque ele paga

impostos sem proveito.

Quando digo que pagamos impostos, fico preocupado, porque somos os que mais pagamos impostos no mundo. São tantos impostos, taxas, tarifas que alguns são instituídos já prevendo a sua sonegação. Por que isso? Porque são tantos impostos que, às vezes, até homens sérios, mas sem a devida consciência cristã, são forçados a sonegar, porque, senão, não terão condições de competir nem de sobreviver. O Estado deveria agir como coordenador, como pai de família, mas vem agindo, na maior parte das vezes, como um competidor, não se preocupando com a Nação. A Nação é o povo, e não, determinadas camadas da sociedade. Pagamos tantos impostos que o cidadão genuinamente cristão, que sabe que se deve dar a César o que é de César, fica quase impossibilitado de comprar ou vender, oprimido como pela besta do Apocalipse.

São inúmeros os impostos, e entre eles se incluem os que pagamos para trafegar nas estradas, que estão acabadas e em relação às quais o DNER não assume a sua responsabilidade. Mas deveria fazê-lo, no caso de acidentes em estradas como essa, com crateras e mal cuidada: a União deveria pagar o prejuízo e indenizar a família acidentada. E volto a perguntar: para onde está indo esse rio de dinheiro dos impostos?

Como disse no início, é com pesar que falo desse modo. Não gostaria de falar assim. Sinceramente oro pelo meu Presidente, para que Deus lhe dê sabedoria, conhecimento, inteligência; para que o seu coração se deleite no temor do Senhor e que ele seja um genuíno pastor da Nação brasileira. Mas, não tendo mais como agüentar, porque vejo o sofrimento do povo, uso esta tribuna, na esperança de que minhas palavras tenham ressonância junto a alguma autoridade federal, aos nossos Deputados Federais. Entendendo que temos um grande compromisso com o povo, levantamos a voz numa crítica construtiva e esperançosa de que, realmente, nosso Governo mude.

Aproveitando este minuto que nos resta: alegaram que nossa dívida era muito grande e que, por isso, não podiam fazer obras. Ora, meus irmãos, vivemos num planeta, numa bolinha redonda. A dívida interna dos Estados Unidos é quase dez vezes maior que a nossa dívida externa. Mas há obras que são inadiáveis, como as de conservação e de reparos nas estradas federais. Muito obrigado.

**O Deputado Sebastião Navarro Vieira** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, no dia 22 transato, faleceu a ilustre dama poçoscaldense, D. Elza Monteiro Camargo Ferreira, na nossa cidade de Poços de Caldas. Escritora, jornalista, extremamente dedicada aos desamparados pela sorte, foi esposa do escritor Jurandir Ferreira, que a crítica literária nacional veio a descobrir, depois de muitos livros publicados, precisamente no ano passado, com seu livro "Um Ladrão de Guarda-Chuva". D. Elza vai fazer falta, muita falta, mas sua obra permanecerá em Poços de Caldas e em muitas cidades de Minas e do Brasil. Ainda muito jovem, enfrentou o problema da mendicância, que havia em Poços de Caldas, como é de praxe haver em quase todas as cidades brasileiras. Inconformada com a assistência paternalista, que muitas entidades promoviam e promovem, sem encontrar uma solução para a recuperação humana daqueles que, por um motivo ou outro, se encontram desajustados na sociedade em que vivem, concebeu uma idéia diferente e a colocou em prática. Ela teve um grande sonho e foi capaz de, trabalhando, desde jovem ainda, com persistência, torná-lo realidade no decorrer de sua vida. Ela idealizou uma instituição, que existe em muitas cidades de Minas e do Brasil, com o nome de SOS-Serviço e Obras Sociais. O princípio do SOS, idealizado por D. Elza, é o de que não basta mitigar a fome desses necessitados. Há que se trabalhar com aqueles deslocados do meio produtivo e social para reintegrá-los ou integrá-los à sociedade.

Esse trabalho encontrou eco no seio de nossa sociedade e ali frutificou. D. Elza iniciou pregando, dentro de nossa própria cidade, que dar esmolas é cultivar a situação de mendicância de muitos. Ela solicitava à sociedade, como um todo, que enviasse seus donativos ao SOS. Este faria uma triagem dos que, realmente, necessitavam desse apoio material a eles destinado, e, com sua supervisão, procurava reintegrar os cidadãos que estavam à margem da sociedade, obrigando sempre seus filhos a irem à escola, para que tivessem um destino diferente do de seus pais. Muitos dos assistidos pelo SOS passaram, em poucos anos, a ser seus colaboradores, reintegrados à sociedade e integrados ao meio produtivo, como cidadãos prestantes no meio comunitário.

Poços de Caldas, sendo uma cidade turística, freqüentada por pessoas dos mais diversos recantos do Brasil, fez com que seus visitantes tivessem suas vistas voltadas para o SOS e procurassem conhecer essa entidade. Tendo educado a cidade, D. Elza procurava transmitir aos turistas que dar esmolas não era o melhor caminho e fazia colocar placas indicativas com os seguintes dizeres: "Não dê esmolas". Havia algumas até mais chocantes como: "Menino pidão, adulto ladrão. Não dê esmolas. Procure o SOS". Com esse trabalho, desenvolvido em Poços de Caldas, ela deu à minha cidade a marca, de muitos anos até esta data, de uma cidade sem mendigos. Isso chamou a atenção de muitos dos nossos visitantes, que levaram a idéia para as suas cidades, e o SOS foi disseminado em Minas e em todo o Brasil. Hoje, graças a Deus e ao

trabalho de D. Elza, existe uma infinidade de SOSs inspirados na idéia pioneira dessa ilustre senhora, que veio a falecer. E não só inspirados na inteligência e visão mais ampla que tinha, mas, sobretudo, na bondade que envolvia toda a sua alma. D. Elza, que nos deixa e que nos fará tanta falta, continuará vivendo para sempre, enquanto existir, em algumas cidades de Minas e do Brasil, um SOS, recuperando e integrando pessoas ao meio social. Essa visão diferente fez escola, e, por isso, D. Elza continua viva entre nós.

**O Deputado Miguel Martini** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, membros da imprensa, estou usando a palavra apenas para dar ciência a todos que estamos colocando nas mãos de cada parlamentar interessado, dos membros da imprensa e de todos aqueles que tiverem interesse em conhecer os números do Estado de Minas Gerais, mais um Boletim do Orçamento distribuído pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Mensalmente, essa Comissão faz o Boletim do Orçamento do Estado, mostrando um acompanhamento do que entrou em Minas Gerais, de toda a sua receita e de suas despesas, em uma linguagem compreensível para qualquer pessoa que tenha interesse no assunto. Esse boletim mensal trabalha todos os dados que a Secretaria da Fazenda fornece a esta Casa, faz a comparação dos índices constitucionais com os valores praticados, enfim, apresenta todos os débitos do Estado, os recursos com que o Estado está contando, etc. Queria notificar a todos que mais um número está à disposição dos parlamentares, da imprensa e de qualquer cidadão mineiro. Para obtê-lo, basta entrar em contato conosco, em nosso gabinete. Muito obrigado.

**O Deputado Wanderley Ávila** - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nossas palavras serão breves; não temos o intuito de cansar o ouvido dos Srs. Deputados e muito menos de cansar a imprensa pela repetição de palavras.

Amanhã, dia 1º de maio, é o Dia do Trabalho, dia em que todos os trabalhadores gozam do período para descansar, e uma grande parcela da população aproveita para passar o dia com a família, procurar uma pescaria, fazer um churrasco, bater um papo com os amigos. Não poderíamos deixar de registrar, aqui, hoje, um apelo a todos os trabalhadores, um apelo a cada um de nós, pois amanhã faz um ano que o trabalhador público municipal de Pirapora não recebe o seu salário. Há 12 meses não recebe o seu pagamento! Por isso, hoje, no dia que antecede o Dia do Trabalho, gostaríamos de cobrar um pouco mais da justiça, que já tem em mãos provas suficientes para que aquele mandatário possa ser afastado do cargo que ocupa.

Registro, aqui, as minhas palavras de solidariedade ao trabalhador, ao funcionário público municipal de Pirapora e, também, a minha homenagem a todos os trabalhadores.

**O Deputado Irani Barbosa\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã, dia 1º de maio, é o Dia do Trabalho, dia do trabalhador. O Governo Federal acena com um aumento para os trabalhadores da ordem de 12%. Aumento? Aumento de 12%? O equivalente aos juros que são pagos pelos Bancos, em três meses. Aumento de 12%? Isso vai acarretar o quê à Nação? Vai trazer que benefícios para o trabalhador brasileiro? Vai trazer somente decepção; vai trazer angústia; vai mostrar que estamos no Brasil, onde, por exemplo, no julgamento da chacina da Candelária, tem-se a mídia nacional toda enfocada em um tribunal, mas, para os assaltantes do Banco Econômico e do Banco Nacional - meu Deus! -, já temos a propaganda do EXCEL, com toda a mídia brasileira, tapando, com isso, os olhos de todos os brasileiros.

Ninguém quer ver o que acontece com o trabalhador. Sequer uma linha falando da vergonha dos 12% que o Sr. Fernando Henrique vai falar amanhã para o pobre do trabalhador. Trabalhador que é sacrificado quando paga o INSS e quando é descontado do patrão a sua parte também. Por quê? Porque os ladrões do governo são os mesmos que são nomeados. Entra governo honesto, sai outro governo honesto; entra outro mais honesto ainda, e o povo continua sendo roubado. O governo do PSDB, o do PMDB, o do PFL, o governo de quem quer que seja, todos têm os seus ladrões embutidos nos partidos, sem exceções, neste País.

O FGTS é saqueado todos os dias, nos canais das maternidades da vida, com as obras inacabadas em todo o País, como acontece com o CARDIOMINAS e com outras obras que, também, não têm seqüência, mas tem ladrão embutido em todas elas.

Tapa-se o sol com a peneira, enquanto o trabalhador rural vai receber 12% de aumento. Meu Deus, este é o País em que vivemos! Este é um País que não tem lei, não tem justiça e quer ir para o Primeiro Mundo. Eu sei é quem vai para o Primeiro Mundo, fica 30 ou 40 dias e volta para ajudar, quem sabe, a espoliar o nosso trabalhador, que já é saqueado, roubado todos os dias pelo Governo. Todos nós assistimos a isso de olhos vendados, de ouvidos tapados e escondendo o roubo do Nacional, do Econômico, da nossa MinasCaixa, e por aí afora: todo o mundo roubando; todo o mundo falando que é honesto. O último que sair, por favor, apague a luz deste País. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

---

---

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

**TERMO DE CONTRATO**  
**Termo de Aditamento**  
(4ª Prorrogação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.  
Contratada: Xerox do Brasil Ltda.  
Objeto: manutenção em máquina envelopadora turbo.  
Vigência: 1º/4/96 a 31/3/97.  
Dotação orçamentária: 3.1.3.2.  
Assinatura: 30/4/96.

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL  
CONVÊNIO Nº 00204 - VALOR: R\$5.025,00.  
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL FRANCISCO DUMONT - FRANCISCO DUMONT.  
DEPUTADO: WANDERLEY AVILA.

---

---

**ERRATA**

---

**ATA DA 144ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 2 DE ABRIL DE 1996**

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 4/5/96, na pág. 7, col. 3, no título, onde se lê:

"EM 2 DE ABRIL", leia-se:

"EM 2 DE MAIO".

---

---